



CONJUR - Contrato Bens (cont) - RCC 3.0 - atualizado em 06/03/2026

MINUTA TERMO DE CONTRATO - FORNECIMENTO CONTINUADO DE BENS

CONTRATANTE: HU BRASIL - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (HC-UFU) - FILIAL EBSERH, sediado na Av. Pará, 1.720, bairro Umuarama, Uberlândia/MG, CEP 38405-320, CNPJ 15.126.437/0038-35, UG-156654, neste ato representada pelo seu Superintendente, Sr. **André Luiz de Oliveira**, matrícula n.º 3273987, nomeado pela Portaria SEI nº 82, de 06 de fevereiro de 2025, publicada no Boletim de Serviços EBSERH nº 1982, de 07 de fevereiro de 2025, e por seu Gerente Administrativo, Sr. **Sávio de Moraes**, matrícula n.º 1123465, nomeado pela Portaria SEI nº 324, de 19 de maio de 2025, publicada no Boletim de Serviços EBSERH nº 246, de 19 de maio de 2025, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração;

CONTRATADA: com sede na, CEP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, representada neste ato por **(nome)**, CPF n.º
conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos;

Conforme Processo Administrativo n.º 23860.010956/2026-32, de acordo com o **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 90048/2026**, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Termo de Contrato, nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento de Compras e Contratos, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos da Ebserh, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição, por meio de pregão tradicional, de **Produtos para saúde: HEMODINÂMICA**, a fim de atender as necessidades do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia - Filial da EBSEH (HC-UFU - HU BRASIL), conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Discriminação do objeto:

Item	Descrição/Especificação	Marca/Modelo	CATMAT	Unidade	Quantidade 12 meses	Quantidade total 60 meses	Valor unitário	Valor total - 60 meses
1	CATETER PARA HEMODINAMICA, AMPLATZ DIREITA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA TIPO AR I. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		456877	UN	140	700		
2	CATETER PARA HEMODINAMICA, AMPLATZ DIREITA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA TIPO AR II, COM 5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		456908	UN	100	500		

3	CATETER PARA HEMODINAMICA, AMPLATZ ESQUERDA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA TIPO AL I, COM 5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		449978	UN	140	700		
4	CATETER PARA HEMODINAMICA, AMPLATZ ESQUERDA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA TIPO AL II, COM 5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		449975	UN	40	200		
5	CATETER PARA HEMODINAMICA, JUDKINS DIREITA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA CURVA TIPO JR 3.5 COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		449907	UN	600	3000		
6	CATETER PARA HEMODINAMICA, JUDKINS ESQUERDA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA CURVA TIPO JL 3.5 COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM		449908	UN	500	2500		

	INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.						
7	CATETER PARA HEMODINAMICA, JUDKINS ESQUERDA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA CURVA TIPO JL 4.0 COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		449923	UN	120	600	
8	CATETER PARA HEMODINAMICA, JUDKINS ESQUERDA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA CURVA TIPO JL 4.5 COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		455193	UN	40	200	
9	CATETER PARA HEMODINAMICA, JUDKINS ESQUERDA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA CURVA TIPO JL 5.0 COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		455194	UN	36	180	
	CATETER PARA HEMODINAMICA, JUDKINS ESQUERDA, CONFECCIONADO EM						

10	<p>NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA CURVA TIPO JL 6.0 COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.</p>		455194	UN	20	100		
11	<p>CATETER PARA HEMODINAMICA, PARA ARTERIA MAMARIA, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO APROXIMADO 100 CM, PONTA COM 3,3 CM DE COMPRIMENTO, TIPO MAMARIA INTERNA, 01 ORIFICIO. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.</p>		449963	UN	280	1400		
12	<p>CATETER PARA HEMODINAMICA, MULTIPURPOSE, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA TIPO MULTI A1, COM 5,8 CM DE COMPRIMENTO, 02 ORIFICIOS. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.</p>		449947	UN	80	400		
13	<p>CATETER PARA HEMODINAMICA, MULTIPURPOSE, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA TIPO MULTI A2, COM 5,8 CM DE COMPRIMENTO, 02 ORIFICIOS. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA</p>		457077	UN	104	520		

	DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.						
14	CATETER PARA HEMODINAMICA, PIGTAIL, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 A 125 CM; PONTA COM ANGULO 155°, 5 CM DE COMPRIMENTO, 05 ORIFICIOS. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		457415	UN	600	3000	
15	CATETER PARA HEMODINAMICA, PARA ANGIOGRAFIA RADIAL BILATERAL, CONFECCIONADO EM POLIMERO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO CERCA DE 100 CM, COM BOM TORQUE, PONTA RADIOPACA, ESTABILIDADE LONGITUDINAL. CURVA RADIAL BILATERAL, PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		460681	UN	1300	6500	
16	CATETER PARA HEMODINAMICA, PARA ANGIOGRAFIA RENAL, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO CERCA DE 70 CM; SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1000 A 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		472670	UN	20	100	
	CATETER PARA HEMODINAMICA, SIMMONS I, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5						

17	FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA TIPO CURVA I, GUIA COMPATIVEL 0,38. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		457178	UN	50	250		
18	CATETER PARA HEMODINAMICA, SIMMONS II, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM; PONTA TIPO CURVA II, GUIA COMPATIVEL 0,38. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1200 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		457181	UN	80	400		
19	CATETER PARA HEMODINAMICA, VERTEBRAL, CONFECCIONADO EM NYLON COM DUPLA MALHA DE ACO, HUB INJETADO, RADIOPACO. DIMENSOES: DIAMETRO 5 FR, COMPRIMENTO 100 CM. SUPORTA PRESSAO MAXIMA DE 1050 PSI. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		460040	UN	520	2600		
20	CATETER TOTALMENTE IMPLANTÁVEL, DIÂMETRO 4,5 FR (+/-0,5 FR); COM CONEXÃO PARA RESERVATÓRIO SUBCUTÂNEO PARA ACESSO VENOSO DE LONGA PERMANÊNCIA; ESTÉRIL; RADIOPACO; RESERVATÓRIO (OU PORT): DISPOSITIVO COM CÂMARA DE INFUSÃO RECOBERTA SUPERIORMENTE POR MEMBRANA DE SILICONE E CORPO RESISTENTE A PERFURAÇÃO; KIT CONTENDO: CATETER DE SILICONE, RESERVATÓRIO E MATERIAIS PARA INSERÇÃO PERCUTÂNEA (SERINGA, AGULHA DE PUNÇÃO VENOSA, FIO GUIA CONFORME TÉCNICA DE SELDINGER, BAINHA INTRODUTÓRIA, DILATADOR, ANEL DE CONEXÃO, TUNELIZADOR, AGULHA COM BISEL ESPECIAL PARA PUNÇÃO DO RESERVATÓRIO). APRS:		437397	UN	20	100		

21	UNIDADE. FIO GUIA, PARA HEMODINAMICA, APLICACAO: VASCULAR, MATERIAL: ACO INOXIDAVEL, REVESTIMENTO: TEFLON, DIAMETRO 0,035 POLEGADAS, COMPRIMENTO DE 150 A 180 CM, PONTA EM J, RADIOPACO, ESTERIL, USO UNICO. ACOMPANHA CAPA PLASTICA PROTETORA COM CONECTOR DISTAL UNIVERSAL PARA SERINGAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA E TRANSFERENCIA ASSEPTICA, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO ANVISA.		452111	UN	700	3500		
22	FIO GUIA, PARA HEMODINAMICA, APLICACAO: VASCULAR, MATERIAL: ACO INOXIDAVEL, REVESTIMENTO: POLITETRAFLUORETILENO - PTFE, DIAMETRO 0,035 POLEGADAS, COMPRIMENTO CERCA DE 260 CM, PONTA EM J, RADIOPACO, ESTERIL, USO UNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA E TRANSFERENCIA ASSEPTICA, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO ANVISA.		452100	UN	60	300		
23	FIO GUIA, PARA HEMODINAMICA, APLICACAO: VASCULAR, MATERIAL: NITINOL, REVESTIMENTO: HIDROFILICO, DIAMETRO 0,035 POLEGADAS, COMPRIMENTO CERCA DE 180 CM, PONTA MALEAVEL ANGULADA, RADIOPACO, ESTERIL, USO UNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA E TRANSFERENCIA ASSEPTICA, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO ANVISA.		452290	UN	2400	12000		
24	FIO GUIA, PARA HEMODINAMICA, APLICACAO: VASCULAR, MATERIAL: NITINOL, REVESTIMENTO: HIDROFILICO, DIAMETRO 0,035 POLEGADAS, COMPRIMENTO CERCA DE 260 (+/- 20) CM, PONTA ANGULADA, RADIOPACO, ESTERIL, USO UNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA E TRANSFERENCIA ASSEPTICA, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO ANVISA.		452234	UN	500	2500		
25	INTRODUTOR FEMURAL 5 FR 11 CM - KIT INTRODUTOR / DILATADOR / FIO GUIA FEMURAL PARA ANGIOGRAFIA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO, HIDROFILICO, RADIOPACO. INTRODUTOR COM CALIBRE 5 FR E NO MINIMO 11,0 CM DE COMPRIMENTO, FIO GUIA 0,035 POLEGADAS A 0,038 POLEGADAS X 45,0 CM COM A PONTA J; COM VALVULA HEMOSTATICA E INFUSOR LATERAL COM TORNEIRINHA 02 VIAS NA EXTREMIDADE, COM 01 TAMPA PROTETORA. DILATADOR COM PONTA AFUNILADA E ATRAUMATICA. 01 AGULHA 18 G X 7,0 CM. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO.		452814	UN	640	3200		

	PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE / ANVISA.							
26	CONJUNTO INTRODUTOR PERCUTANEO ARTERIAL/VENOSO, PARA HEMODINAMICA, BAINHA 6 FR X 11 CM, VALVULA HEMOSTATICA, DILATADOR, MATERIAL POLIMERO. GUIA 45 CM, 0,035 POLEGADAS, PONTA EM J, AGULHA 0,035 POLEGADAS COM ALETA. ESTERIL, DESCARTAVEL, DE USO UNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL RESISTENTE COM ABERTURA EM PETALA ASSEPTICA, CONTENDO A IDENTIFICACAO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE DE FACIL VISUALIZACAO.		448114	UN	960	4800		
27	INTRODUTOR FEMURAL 7 FR 11 CM - KIT INTRODUTOR / DILATADOR / FIO GUIA FEMURAL PARA ANGIOGRAFIA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO, HIDROFILICO, RADIOPACO. INTRODUTOR COM CALIBRE 7 FR E NO MINIMO 11,0 CM DE COMPRIMENTO, FIO GUIA 0,035 POLEGADAS A 0,038 POLEGADAS X 45,0 CM COM A PONTA J; COM VALVULA HEMOSTATICA E INFUSOR LATERAL COM TORNEIRINHA 02 VIAS NA EXTREMIDADE, COM 01 TAMPA PROTETORA. DILATADOR COM PONTA AFUNILADA E ATRAUMATICA. 01 AGULHA 18 G X 7,0 CM. PRODUTO DE USO UNICO. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRAL QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE / ANVISA.		448122	UN	280	1400		
28	CONJUNTO INTRODUTOR ARTERIAL, PARA HEMODINAMICA, TIPO RADIAL, BAINHA EM PTFE, COM BAINHA, VALVULA ARAMADO COM ACESSO LATERAL. DIMENSOES 5 FR X 10 A 12 CM. COM VALVULA DE SILICONE, TUBO DILATADOR POLIPROPILENO, COBERTURA HIDROFILICA. ESTERIL, DESCARTAVEL, DE USO UNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL RESISTENTE COM ABERTURA EM PETALA ASSEPTICA, CONTENDO A IDENTIFICACAO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE DE FACIL VISUALIZACAO.		448092	KT	1000	5000		
29	CONJUNTO INTRODUTOR ARTERIAL, PARA HEMODINAMICA, TIPO RADIAL, COM BAINHA EM PTFE, COM VALVULA ARAMADO COM ACESSO LATERAL. DIMENSOES 6 FR X 10 A 12 CM. VALVULA DE SILICONE, TUBO DILATADOR POLIPROPILENO, ACESSORIOS COBERTURA HIDROFILICA. ESTERIL, DESCARTAVEL, DE USO UNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL RESISTENTE COM ABERTURA EM PETALA ASSEPTICA, CONTENDO A IDENTIFICACAO DO PRODUTO, LOTE E		448113	KT	1640	8200		

	VALIDADE DE FACIL VISUALIZACAO.						
30	CONJUNTO INSUFLADOR PRESSAO, COMPONENTES: SERINGAS DO INSUFLADOR COM MANOMETRO, ROTATOR, ESTERIL, CAPACIDADE MAXIMA 30 ATM, APLICACAO ANGIOPLASTIA. CONJUNTO COMPLETO. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		450266	KT	1400	7000	
31	SERINGA PARA BOMBA INJETORA DE CONTRASTE PARA USO EM TOMOGRAFIA CONTENDO 01 SPIKE (PERFURADOR). MATERIAL: POLIPROPILENO. CAPACIDADE: 190 ML. ESTERILIDADE; ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSEPTICA, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE. Marca de Referência: DEVE SER COMPATÍVEL COM BOMBA INJETORA DE CONTRASTE BAYER SALIENT. APRESENTAÇÃO: UNIDADE		439649	UN	700	3500	
32	SERINGA PARA BOMBA INJETORA DE CONTRASTE PARA USO EM RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MATERIAL POLIPROPILENO. CAPACIDADE 60 ML, PRESSÃO ATÉ 300 PSI. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSEPTICA, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE. Marca de referência: DEVE SER COMPATÍVEL COM BOMBA INJETORA DE CONTRASTE LF/GUERBET OPTISTAR ELITE		617337	UN	300	1500	
33	SERINGA PARA BOMBA INJETORA DE CONTRASTE PARA USO EM TOMOGRAFIA. MATERIAL: PVC ATÓXICO, APIRÓGENO E LIVRE DE LÁTEX. CAPACIDADE: 200 ML. SUPORTA PRESSÃO DE ATÉ 300 PSI. ESTERILIDADE; ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSEPTICA, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE. Marca de referência: DEVE SER COMPATÍVEL COM BOMBA INJETORA DE CONTRASTE. BOMBA INJETORA: MEDTRON ACCUTRON CT-D		617332	UN	700	3500	
34	SERINGA PARA BOMBA INJETORA DE CONTRASTE PARA USO EM HEMODINÂMICA. MATERIAL PVC ATÓXICO, APIRÓGENO E LIVRE DE LÁTEX. CAPACIDADE 200 ML, PRESSÃO ATÉ 1.200 PSI. ACESSÓRIO TUBO EM J DE ENCHIMENTO RÁPIDO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSEPTICA, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE. Marca de Referência: DEVE SER COMPATÍVEL COM BOMBA INJETORA DE CONTRASTE MEDTRON ACCUTRON HP-D		617336	UN	400	2000	

35	TORNEIRINHA MANIFOLD, 03 TORNEIRAS DE ALTA PRESSAO EM 05 VIAS. USO EM HEMODINAMICA. SUPORTA PRESSAO DE 500 A 1200 PSI. CONFECCIONADO EM MATERIAL TRANSPARENTE, ISENTO DE PVC E METAL E LIVRE DE LATEX. TODO O CONJUNTO DEVE SER APIROGENICO, ATOXICO E ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL INTEGRA QUE PERMITA SUA ABERTURA DE FORMA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, ORIENTACAO DE USO, TIPO DE ESTERILIZACAO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA.		457493	UN	2400	12000	
----	---	--	--------	----	------	-------	--

- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1. o Termo de Referência;

1.2.2. o instrumento convocatório;

1.2.3. a proposta da CONTRATADA;

1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 60 (sessenta) meses, com início em e encerramento em, a teor do que disciplina o art 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 188, caput, do RCC 3.0.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. A manutenção de preços e condições mais vantajosas para a Ebserh será formalmente avaliada a cada 12 (doze) meses de execução contratual.
- 2.4. A não manutenção da vantajosidade da contratação para a Ebserh pode ensejar a rescisão unilateral do contrato.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Os critérios referentes ao modelo de execução do objeto estão definidos no Termo de Referência.

4. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).
- 4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de bens efetivamente fornecidos.
- 4.4. A forma, o prazo, as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão e demais condições para o pagamento à CONTRATADA estão definidos no Termo de Referência.

5. REAJUSTE

- 5.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 5.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.
- 5.3. O reajuste de preços será precedido de requerimento da CONTRATADA.

5.3.1. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva, ocorrerá a preclusão do direito.

5.3.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste quando este for requerido após a extinção do contrato.
- 5.4. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.
- 5.5. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, conforme o caso, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 5.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.
- 5.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 5.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 5.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 5.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 5.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de, na classificação abaixo:
- Gestão/Unidade:
- Fonte de recursos:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- Plano Interno:
- Nota de Empenho:

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante registro por simples apostila.

7. **GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução na presente contratação.

8. **GARANTIA DO PRODUTO**

8.1. Será exigida a prestação de garantia do produto na presente contratação, conforme regras definidas no Termo de Referência.

9. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 9.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Termo de Contrato e seus anexos;
- 9.1.2. receber o objeto nas condições e no prazo estabelecidos no Termo de Referência;
- 9.1.3. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do presente Termo de Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 9.1.5. comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 9.1.6. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Contrato e no Termo de Referência;
- 9.1.7. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no presente Termo de Contrato;
- 9.1.8. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.1.9. notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 9.1.10. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, admitida a prorrogação motivada;
- 9.1.11. entre outras dispostas no **item 13 do Termo de Referência**.

9.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do presente Termo de Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 10.1.1. atender às determinações regulares emitidas pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela EFC, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 10.1.5. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf), a CONTRATADA deverá entregar à EFC, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 10.1.5.1. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 10.1.5.2. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 10.1.5.3. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 10.1.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 10.1.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 10.1.6. responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inatendimento não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.1.7. comunicar à EFC tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.1.8. paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.1.9. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 10.1.10. guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- 10.1.11. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;
- 10.1.12. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 10.1.13. alocar, quando for o caso, os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 10.1.14. fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.1.15. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.1.16. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- 10.1.17. cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.1.18. não submeter, quando for o caso, os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.1.19. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.1.20. não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481/2008;
- 10.1.21. receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

- 10.1.22. não incorrer, durante a execução contratual, em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 70 do RCC 3.0;
- 10.1.23. entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.1.24. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.1.25. entre outras obrigações dispostas no **item 13.2 do Termo de Referência**.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

11.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- 11.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 11.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 11.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 11.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 11.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 11.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 11.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no art. 48, § 1º, da LGPD.

11.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- 11.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 11.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 11.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 11.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei n.º 13.303/2016 e do RCC 3.0, os critérios previstos no Termo de Referência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por uma EFC, especialmente designadas para tal, na forma do RCC 3.0.

12.2.1. A CONTRATANTE designará formalmente um conjunto de profissionais com vínculo direto com a Administração Pública, seja celetista, comissionado ou estatutário, para compor a EFC, nos termos do art. 210 do RCC 3.0.

12.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.3.1. A EFC e a CONTRATADA utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a devida formalização.

12.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. A EFC deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, utilizando-se, para isso, a abertura de processo administrativo específico, relacionado ao principal, para consolidar a documentação referente à fiscalização contratual, viabilizando a juntada de documentos referentes à execução do contrato.

12.5.1. O processo administrativo específico para gestão e fiscalização do contrato servirá para registrar a designação e organização da EFC, consolidar demais documentos relacionados a essa gestão, o controle de saldos, emissão de notas de empenho, registros de intercorrências na execução o objeto, bem como demais manifestações pertinentes.

12.6. Cabe ao gestor do contrato:

- 12.6.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de entrega, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 12.6.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 12.6.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 12.6.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 12.6.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, conforme o caso;
- 12.6.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da CONTRATANTE;
- 12.6.7. enviar a documentação pertinente à área responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.7. Compete ao fiscal técnico:

- 12.7.1. acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE;
- 12.7.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 12.7.3. emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificada qualquer inexecução ou irregularidade;
- 12.7.4. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 12.7.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas;
- 12.7.6. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.8. A EFC contará com o suporte das áreas de acompanhamento e de fiscalização administrativa, que atuarão para disseminar boas práticas e para apoiar a instituição de controles internos administrativos sobre gestão e fiscalização, nos termos do art. 213 do RCC 3.0.

12.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

- 12.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas estabelecidas no **item 7 do Termo de Referência**.
- 12.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- 13.1.2. **Multa de:**
- 13.1.3. Estão estabelecidas no **item 14 do Termo de Referência**.
- 13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 13.1.4.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:
- 13.1.4.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.1.4.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 13.1.4.1.3. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.4.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.4.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.4.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.4.1.7. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.
- 13.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com multa.
- 13.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 13.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 13.5.1. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.
- 13.6. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:
- 13.6.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;
- 13.6.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Ebserh, ainda que decorrentes de outros ajustes;
- 13.6.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;
- 13.6.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh e o fornecedor sancionado.
- 13.6.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.
- 13.7. A CONTRATANTE deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º, do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.
- 13.8. Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até noventa dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.
- 13.9. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh, para análise da viabilidade de cobrança judicial.
- 13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 13.11. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, poderá ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.
- 13.12. É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.
- 13.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).
- 13.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.
- 13.16.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.
- 13.17. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Ebserh.

14. EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. O Termo de Contrato se extingue quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 14.2. A rescisão do Termo de Contrato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:
- 14.2.1. por ato unilateral formalizado pela CONTRATANTE, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 14.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à CONTRATADA com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 14.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- 14.2.2.1. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.
- 14.2.2.2. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.
- 14.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.
- 14.3. O Termo de Contrato pode ser extinto no caso de se constatar a ocorrência de impedimento previsto no art. 70 do RCC 3.0.
- 14.4. As partes ajustam desde já que haverá a pronta extinção do Termo de Contrato, providenciada pela CONTRATANTE, a partir da conclusão do novo processo licitatório destinado à aquisição dos bens que constituem o seu objeto.
- 14.5. A CONTRATANTE poderá ainda:

- 14.5.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, executar a garantia de execução contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos; e
- 14.5.2. reter, na hipótese de insuficiência da garantia de execução contratual, os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.
- 14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.6.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, e antes de eventual prorrogação.
- 14.7. A extinção do Termo de Contrato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:
- 14.7.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.7.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.7.3. indenizações e multas.
- 14.8. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCp), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

15. ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelo art. 196 e seguintes do RCC 3.0.
- 15.2. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Ebserh no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.
- 15.3. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados mediante registro por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 206 do RCC 3.0.

16. ANTICORRUPÇÃO

- 16.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

17. CASOS OMISSOS

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RCC 3.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

18. PUBLICAÇÃO

- 18.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
- 19.1.1. poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, nos termos do art. 178 do RCC 3.0.
- 19.1.2. o procedimento para parcelamento e compensação de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações seguirá, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26/2022.
- 19.1.3. o procedimento para cessão de crédito observará as seguintes regras:
- 19.1.3.1. as cessões de crédito, de qualquer natureza, dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.
- 19.1.3.2. a eficácia da cessão de crédito em relação à CONTRATANTE está condicionada à celebração de termo aditivo ao presente Termo de Contrato.
- 19.1.3.3. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à comprovação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar, nos termos do art. 70 do RCC 3.0, que não está proibido de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992, e que foi observada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh.
- 19.1.3.4. o crédito a ser pago ao cessionário é exatamente aquele que seria destinado à CONTRATADA (cedente) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas aplicáveis no regime jurídico incidente sobre o contrato, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à CONTRATANTE.
- 19.1.3.5. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

20. FORO

- 20.1. É competente o foro da Subseção Judiciária da Justiça Federal em Uberlândia - Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Uberlândia/MG, ____ de _____ de 2026.

(assinado eletronicamente)

Contratada

Representante Legal

(assinado eletronicamente)

SAVIO DE MORAES

Gerente Administrativo do HC-UFU - HU Brasil
Portaria-SEI nº 324, de 19 de maio de 2025

(assinado eletronicamente)

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Superintendente do HC-UFU - HU Brasil
Portaria-SEI nº 82, de 06 de fevereiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Luiz Araujo Santos, Chefe de Unidade**, em 21/05/2026, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Duarte Guerra, Analista Administrativo**, em 21/05/2026, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61076963** e o código CRC **5F2ECB92**.

